

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

A AUTONOMIA DAS UNIVERSIDADES

por

A. Ribeiro Gomes

Oração de Sapiência, proferida no DIA DA UNIVERSIDADE,
em 30 de Abril de 1989

Exm^a Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior
Exm^a Senhor Reitor da Universidade da Beira Interior
Exm^{as} Senhores Reitores, Vice-Reitores e seus Representantes
Exm^a Senhor Vice-Reitor da Universidade de Valladolid
Exm^a Senhor Director-Geral do Ensino Superior
Senhores Presidentes dos Institutos Politécnicos
Exm^{as} Autoridades Cíveis e Militares
Senhores Professores
Senhores Assistentes
Senhores Estudantes
Senhores Funcionários
Minhas Senhoras e Meus Senhores

1. Honra sentida a minha, ao usar hoje da palavra nesta cerimónia comemorativa do Dia da Universidade da Beira Interior, no cumprimento de uma deliberação do seu Conselho Científico.

Faço-o com a emoção que pode sentir alguém que aqui vem dando colaboração desde há longos anos, e que a par e passo vem acompanhando o desenvolvimento desta Instituição, desde a sua criação até à realidade pujante que hoje aqui se contempla; a familiaridade daqueles com quem privo mais de perto e o conhecimento que tenho de todos os que aqui trabalham, colocam-me à vontade para me dirigir a vós na maneira simples como gosto de o fazer.

"Oração da Sapiência", assim manda a tradição universitária que se chame a esta intervenção, mais propriamente ao discurso de um professor na cerimónia de abertura solene do ano lectivo nas universidades. E é uma longa tradição, pois foi em 1504, na abertura do ano lectivo no Estudo Geral Olissiponense, que o jovem Conde de Alcoutim, D. Pedro de Meneses, pronunciou, pela primeira vez, o discurso inaugural (*oratio habita*) em louvor das disciplinas professadas naquele Estudo Geral e da sede do Estudo ("Lisboa, cidade superior nos meios de cultura").

Interrogando-me acerca do assunto que poderia tratar aqui, inclinei-me, de modo natural, como homem de ciência que sou, para um tema de carácter científico, mas, a ser assim, teria que fazê-lo no domínio da ciência que cultivo: a Matemática; receei, todavia, que, colocada habitualmente (embora indevidamente) esta ciência num assento etéreo, aquilo que eu pudesse dizer fosse um monólogo sem eco, por V. Ex^{as} pensarem que as minhas palavras mais não traduziriam do que lucubrações de um cientista na oportunidade a revelar-se algo maçador.

Deste modo coloquei de parte a ideia e decidi-me pela abordagem de um tema que a todos nos toca muito de perto e da máxima actualidade - a Autonomia das Universidades.

E não é desajustado fazê-lo, pois, em variados momentos da vida universitária, quando as condições o permitiram e tal se revelou oportuno, foram as "Orações de Sapiência" utilizadas para a análise deste tão importante quão difícil tema. Recordo, em particular, as que proferiram na minha Universidade, estreitamente relacionadas com a autonomia e a reforma da Universidade, os professores ilustres da minha Faculdade que foram Bernardino Machado, Eusébio Tamagnini e Sidónio Pais.

Interessa ainda referir que, com esta decisão, não cometo qualquer intromissão nos problemas desta Universidade.

Com efeito, os órgãos competentes já elaboraram a sua proposta de estatutos, a Assembleia Constituinte já os aprovou, numa demonstração de capacidade que é justo realçar, e aqueles encontram-se agora no Ministério da Educação para homologação.

Deste modo, as considerações que forem feitas não são mais do que um aflorar de problemas, ou um formular de conjecturas.

2. A autonomia das Universidades e o posicionamento do poder perante a Universidade ao longo dos tempos.

Ao abordarmos a problemática da Autonomia Universitária, um conjunto de questões se coloca de imediato:

Saber, em primeiro lugar, o que é a Autonomia Universitária e de seguida inquirir como podem as Universidades, que são instituições do Estado, fruir a autonomia face ao próprio Estado. E, inversamente, saber qual é a competência e a responsabilidade do Estado face

a uma Universidade autónoma e como podem as Universidades contemplar a autonomia interna. Que contradições existem neste conceito de autonomia, tão antigo quanto a própria Universidade?

Para simplificarmos o desenvolvimento do nosso raciocínio, vamos considerar uma distinção entre os aspectos de carácter científico-pedagógico e os de carácter administrativo e financeiro, estes mais propiciadores da intervenção do poder, sugerida sobretudo pela concessão das verbas necessárias ao funcionamento da Universidade e pelo estabelecimento de normas administrativas gerais.

O Estado, ao conceder a autonomia, atribui à Universidade o direito de autogestão, pelo menos no plano académico das ideias. Garante a liberdade de ensinar, de investigar, de se organizar administrativamente, de exercer intra muros o poder disciplinar e confere-lhe capacidade de autogestão financeira.

Assim, a Universidade autónoma "goza" de inúmeros privilégios, tais como criar, extinguir ou modificar cursos, definir planos de estudo, escolher os projectos de investigação; a Universidade possui ainda o poder de conceder graus (de licenciado, de mestre e de doutor), fazendo os candidatos passar os exames e cumprir as regras que ela própria estabeleceu.

Tem ainda o direito de eleger o Reitor e, numa lei de autonomia perfeita, definir quais os seus órgãos de governo e como constitui-los.

Quais podem ser, portanto, os limites a este poder autonómico das Universidades?

Primeiro, o limite normal; a autonomia não poderá, e certamente não deverá, ser total. A Universidade não pode ser um Estado dentro do Estado e terá que harmonizar a sua actividade com políticas nacionais globais de ensino, educação, investigação científica, etc..

A questão está em saber qual o grau da autonomia e quais os meios de controlo do poder sobre essa autonomia.

Numa sociedade democrática, entendendo-se tal no sentido tradicional do termo, pressuposto indispensável da autonomia, o cerceamento desta pode ser facilmente conseguido por questões de natureza administrativo-financeiras, em especial as segundas.

O financiamento do ensino e da investigação nas Universidades é assegurado pelo Estado. Adiante analisaremos um aspecto particular do posicionamento das Universidades perante a sociedade contemporânea que pode alterar um pouco este conceito, mas que no essencial permanece verdadeiro.

Como o orçamento das Universidades faz parte integrante do orçamento do Estado, a sua atribuição depende em cada ano de uma decisão do Parlamento para a definição do seu volume global.

A fixação desse orçamento provém do orçamento do Ministério da Educação que por sua vez depende do Ministério das Finanças, o qual, não raras vezes, subordina a sua política financeira a parâmetros contraditórios com uma boa política científica universitária; e uma Universidade pode ter consagrada na lei a melhor das autonomias, mas se não tiver meios financeiros adequados ao seu desenvolvimento não tem autonomia real.

Assim, examinando sobre esta óptica o conjunto dos privilégios de uma Universidade dotada de autonomia - autonomia científica e administrativa e autogestão financeira - de imediato nos apercebemos que a sua liberdade é menos completa que o direito à autonomia, tantas vezes elogiada, poderia fazer supôr.

A dependência do ponto de vista institucional, que restringe a autonomia da Universidade, é algo com que temos que viver, mas

compete à Universidade procurar os meios e a estratégia para que consiga contornar os obstáculos. A instituição universitária goza do respeito do Estado - é um facto; goza de prestígio junto do grande público. E, como universitários, deveremos ter sempre presente que a autonomia baseada nos privilégios legais só é completa se lhe juntamos a autonomia adquirida pelo prestígio.

Disse atrás que o problema da autonomia universitária é tão velho quanto a própria Universidade e é interessante referir que o desenvolvimento desta nem sempre foi acompanhado pela institucionalização daquela.

Numa breve referência histórica, segundo estudo do Prof. Joaquim Ferreira Gomes ⁽¹⁾, podemos constatar que a Universidade nasceu em Portugal sob os bons auspícios da autonomia.

Com efeito, depois da criação do "Studium Generale" em 1290, a Universidade é transferida para Coimbra em 1309, local mais propício ao labor intelectual e onde se mantinha a tradição das escolas capitulares de Santa Cruz e recebe de D. Dinis a "Charta Magna Privilegiorum", inspirada na Magna Carta concedida à Universidade de Salamanca em 1254 por Afonso o Sábio; aquele documento tem sido considerado por muitos historiadores a melhor prova da "autonomia" outorgada pelo poder régio à Universidade medieval.

Na Magna Carta, D. Dinis toma sob sua protecção especial os estudantes, em disposições de que cito, a título de exemplo: "Mandar que nenhum morador de Coimbra faça agravo aos estudantes, nem a seus criados; proibir às justiças de Coimbra que, por qualquer via, tragam violentamente os estudantes a juízo secular, salvo se se tratar de homicídio, ferimento, furto, rapto de mulheres ou moeda falsa, casos estes em que, ainda que os possam prender, os entregarão logo ao Bispo ou ao seu Vigário, ou ao Mestre da Escola para por eles serem

⁽¹⁾ Novos Estudos de História e de Pedagogia - Coimbra, 1986

castigados; conceder que os estudantes possam eleger reitores, conselheiros, bedel e outros; conceder que a Universidade tenha arca comum e selo; conceder que os estudantes, por si ou por outrem, possam fazer os estatutos que forem necessários; conceder que se não pague nada na Chancelaria Real por privilégios e liberdades da Universidade".

No reinado de D. João I recorre a Universidade ao direito de elaborar os seus estatutos, mas, logo nessa data, o poder lhe vem cercear a autonomia, pois D. João I, embora tenha concedido à Universidade amplos privilégios, colocou à sua frente uma pessoa da sua confiança, o Protector do Estudo.

Decorrem quarenta e cinco anos após haverem sido jurados os estatutos de 1431 e D. Afonso V dá outro rude golpe na "autonomia" da Universidade ao negar-lhe a capacidade de interpretar os próprios estatutos, para D. Manuel I, na primeira década do séc. XVI, dar à Universidade novos estatutos ou "Ordenanças", os quais proibem a Universidade de fazer os seus próprios estatutos assim rezando a determinação;

"Primeiramente, mandamos que o reitor da Universidade do Estudo de Lisboa, conselheiros, lentes e todos os oficiais juntos não possam fazer estatutos sobre o regimento da dita Universidade e quando ocorrer algum caso em que pareça necessário novo estatuto poderão requerer ao Protector (o próprio Rei) e, por sua autoridade, se fará o estatuto que for necessário".

Em 1537, D. João III transfere a Universidade de Lisboa para Coimbra, nomeia sucessivamente cinco reitores, contrariando o disposto nos estatutos manuelinos que determinavam dever a eleição do reitor ser anual, pelo S. Martinho, "devendo o reitor ter pelo menos vinte e cinco anos ser fidalgo ou homem constituído em dignidade".

Em 1556 D. João III nomeia visitador e reformador da Universidade o seu antigo embaixador em Roma, Baltasar de Faria, o qual apresentou à Universidade, em 1559, novos estatutos que definem o Protector e os Oficiais da Universidade, estes "eleitos no Conselho de Deputados e Conselheiros e confirmados por El-Rei, como Protector, conforme os estatutos". O reitor era eleito por três anos pelos Deputados, Conselheiros e Lentes das cadeiras ordinárias das faculdades e devia ser "fidalgo, aprovado em virtude, prudência, letras e de bom exemplo, ou pessoa constituída em dignidade, letrado e que tenha conhecimento de coisas e seja, ao menos, de idade de trinta anos"; "catedrático algum ou Oficial da Universidade não poderá ser eleito em reitor; e o que uma vez for eleito na eleição não poderá ser eleito na eleição seguinte".

A Universidade não podia fazer nem modificar os estatutos, mas podia enviar ao Rei, como Protector dela, apontamentos com sugestões nesse sentido.

Em 1591 Filipe I, por Carta Régia, confirma outros estatutos que foram lidos na Sala dos Capelos e dos quais foi feita, pela primeira vez, uma edição impressa.

Obrigavam estes estatutos os Lentes, no começo de cada ano lectivo, e todos aqueles que houvessem de tomar cargos académicos, antes de os receberem, a fazer, em obediência a uma bula de Pio IV, a Profissão de Fé, jurando sobre os Evangelhos que aceitavam as disposições do Concílio de Trento.

Menos de seis anos decorridos, Filipe I confirmou novos estatutos que ficaram conhecidos por Estatutos Filipinos.

D. João IV, em 1654, dota a Universidade de estatutos que são os de 1597 acrescentados dos artigos da "Reformação de 1612" e do "Regimento dos Médicos e Boticários Cristãos-Velhos".

Ainda segundo Ferreira Gomes estes, contendo as disposições limitativas da autonomia dos anteriores, acrescentavam às funções do reitor a de se informar "em todo o tempo, dos Conselheiros que forem ouvintes e de outros estudantes e pessoas de crédito, como leem os Lentes e se cumprem as obrigações destes estatutos; e, para este mesmo efeito, está (o reitor) obrigado, cada três meses do ano, a visitar todas as lições das escolas com o Conselheiro Teólogo mais antigo e o mais antigo da faculdade que visitar, e saberá se leem em latim, ou se para pompa, se alegam modernos deixando os antigos..."

Foram estes os estatutos que serviram de lei da Universidade durante cerca de 120 anos, período em que a actividade da instituição se caracterizou pela decadência.

Chegados ao período da governação de D. José, conhece a Universidade de Coimbra a reforma mais profunda de toda a sua história.

Em 1770, é criada a **Junta da Providência Literária** a quem foi confiada a missão de estudar "A decadência e ruína (da Universidade), examinando com toda a exactidão as causas delas, ponderando os remédios que consideram mais próprios para elas cessarem e apontando os cursos científicos e os métodos que devo estabelecer para a fundação dos bons e depurados estudos das artes e ciências que, depois de mais de um século, se acham infelizmente destruídas, me consultem o que lhes parecer a respeito de tudo o sobredito".

Em Agosto de 1772, D. José determinou que o Marquês de Pombal fosse à Universidade de Coimbra como seu "Lugar Tenente, com jurisdição privativa, exclusiva e ilimitada" e nela fizesse publicar os novos estatutos da "Fundação da Nova Universidade".

A Universidade era colocada, com estes estatutos, no aspecto científico, ao nível das melhores Universidades da época; não é,

todavia, claro que se possa admitir que a Universidade tenha visto consagrada a sua autonomia.

Continua a ser obrigatório para todos os professores o juramento de Profissão de Fé e os estatutos mostram quanto a actividade do professor estava condicionada por limitações metodológicas e ideológicas.

Em 1859, Fontes Pereira de Melo encarregou o reitor da Universidade de constituir uma comissão de cinco membros para apresentar ao Governo "um projecto de Regulamento Geral" facto que nunca chegou a consumir-se.

Decorrido um século sobre a reforma pombalina, a Universidade comemorava, com pompa, o centenário declarando o reitor: "Devemos, finalmente, seguir a marcha indicada pelo espírito profundo e luminoso que brilha nos estatutos de 1772, que é o verdadeiro espírito do progresso científico e do aperfeiçoamento moral, como convém à sociedade portuguesa - sigamos imperturbavelmente este caminho".

Com as novas ideias que fermentavam na sociedade portuguesa no princípio deste século, o Governo presidido por João Franco publica um decreto concedendo aos estabelecimentos de ensino superior "condições de autonomia razoável na administração da fazenda que lhes pertença e outrossim no exercício do seu ensino". "Em uma palavra, deixemos àquelas escolas o direito de **subsistirem por si mesmas**, de caminharem sem tropeços aos seus fins, de exercerem o seu governo como pessoas morais incumbidas de um altíssimo papel na sociedade e outorguemos-lhe, nos limites que a qualidade de institutos públicos justamente mande respeitar, mas só com a restrição destes justos limites, a sua Carta de Alforria". "A ciência é a liberdade".

É com esta medida legislativa que a Universidade alcança a sua autonomia, depois de em 1835 lhe ter sido retirada.

Proclamada a República, O Governo Provisório aboliu o juramento dos Lentes e dos Estudantes, promulgou por decreto, em 1911, a "Constituição Universitária" que define quais as faculdades e escolas que integram cada Universidade (tinham entretanto sido criadas as Universidade de Lisboa e Porto), para depois decretar a **Autonomia da Universidade**. Esta Lei de Autonomia confiava às Universidades o seu governo económico e científico, declara as universidades competentes para governar o seu ensino, desenvolvendo o professor livremente o ensino que lhe fosse confiado, devendo cada faculdade organizar livremente o seu programa de estudos, sendo responsável perante a Universidade. A Universidade deliberaria sobre a organização dos estudos, sendo responsável perante o Governo. Era a consagração da autonomia pedagógica e científica.

O governo da Universidade cabia, sob a inspecção do Estado, aos Corpos Académicos. Ao Senado, órgão colectivo supremo da Universidade, pertenciam além do reitor, vice-reitor e directores das Faculdades, entre outras entidades, o Presidente do Município, sede da Universidade, o Governador Civil do distrito, sede da Universidade, os protectores da Universidade ou individualidades iminentes, a quem fosse conferido esse título.

O reitor era nomeado pelo Governo para um mandato de três anos entre três nomes indicados pela Assembleia Geral da Universidade e podia ser reconduzido uma só vez.

Em 1918, na "Nova República" presidida por Sidónio Pais é revogada a "Constituição Universitária" de 1911 e promulgado o "Estatuto Universitário" em cujo preâmbulo se pode ler: "... a principal intenção desta reforma é imprimir às Universidades um vigoroso impulso, fortalecê-las, dar-lhes todas as regalias legítimas, para que

em breve prazo se tornem, não só verdadeiros centros de investigação científica, mas possam também cooperar na solução dos mais instantes problemas da vida nacional".

Pouco mais de um ano após a promulgação do **Estatuto Universitário**, uma lei de 1919 impõe medidas restritivas da "Autonomia da Universidade":

Assim os reitores da Universidade seriam de livre nomeação do Governo, competindo ao reitor propor a nomeação dos vice-reitores e dos directores das Faculdades, entre os seus professores.

Quatro meses após o 28 de Maio de 1926 são suspensos a Constituição Universitária de 1911 e o Estatuto Universitário de 1918 e é promulgado o **Estatuto da Instituição Universitária**, reformado em 1930, e que se manteve, sempre com sucessivas alterações, até 1974.

Após o 25 de Abril de 1974, só a Revisão Constitucional de 1982 consagra na lei fundamental do País a **Autonomia das Universidades** no artigo 76º. que diz: "As Universidades gozam, nos termos da lei, de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira".

Seis anos decorreram, de baldados esforços para elaborar a lei que havia de dar execução a este preceito constitucional, o que mostra bem de quão difícil resolução é a questão da Autonomia Universitária.

Este rápido esboço histórico mostra-nos quanto a Autonomia Universitária é instável no seu todo e a volúpia que o poder sempre sente perante a Universidade (esta comunidade de mestres e alunos que se reúnem para a transmissão do saber - a *universitas magistrorum et scholarium*).

3. Perspectivas da autonomia na lei actual.

Em Setembo passado era publicada, no Diário da República, a lei 108/88 da Autonomia das Universidades, aprovada por unanimidade na Assembleia da República.

Significando a palavra autonomia, etimologicamente, o poder de se governar por leis próprias ou, dito de outro modo, a faculdade de estabelecer as normas por que se pauta a conduta própria, resulta de imediato que a autonomia não é a arbitrariedade, pois ela é em si própria uma disciplina.

As Universidades, neste sentido e cumprindo, aliás, o que a lei lhes determina, lançaram-se na elaboração dos respectivos estatutos.

O que poderá dizer-se acerca das perspectivas que a lei cria?

Considerando o articulado da lei dividido em duas partes, sensivelmente iguais, dir-se-á que a primeira delas consagra efectivamente a **autonomia estatutária**, reconhecendo a cada Universidade o direito de elaborar os seus estatutos, a **autonomia científica** consagrando a capacidade de a Universidade **livremente definir**, programar e executar a investigação e demais actividades científicas e culturais, a **autonomia pedagógica** onde se reconhece às Universidades, em harmonia com as políticas nacionais de educação, ciência e cultura, o direito de criarem, suspenderem ou extinguirem cursos, o direito de elaborarem os planos de estudo e programas das disciplinas, com a consequente definição dos métodos de ensino, escolha de processos de avaliação de conhecimentos, devendo assegurar a pluralidade de doutrinas e métodos que garantam a liberdade de ensinar e aprender, a **autonomia disciplinar** no sentido de dispor as Universidades do poder de punir, nos termos da lei, as infracções disciplinares cometidas por elementos dos seus corpos docente, discente, investigadores e funcionários, a **autonomia administrativa** no sentido de dispor as Universidades, no quadro da legislação geral aplicável,

do poder de praticarem actos administrativos e a **autonomia financeira** que confere às Universidades capacidade para gerirem o seu património sem outras limitações além das estabelecidas por lei, gerirem livremente as verbas anuais que lhes forem atribuídas nos Orçamentos do Estado e igualmente capacidade para obterem receitas próprias a gerir através de orçamentos privativos.

Perante este quadro que acabo de vos referir, nenhuma razão poderia ser aduzida para não se dizer que a Assembleia da República dotou as Universidades (dentro do carácter relativo já referido), de uma perfeita Lei de Autonomia e que estas assumem um compromisso histórico usando-a como instrumento de progresso, de desenvolvimento e afirmação da instituição universitária.

Na segunda parte da lei, que começa com o artigo que define os órgãos do governo das Universidades, são estabelecidos princípios **inibidores** da manifestação das especificidades das Universidades, perfeitamente dispensáveis (que curiosamente não constavam, alguns deles, nas propostas de lei de nenhum dos partidos políticos) e são introduzidas determinações que já fizeram história noutros países na década de 70, onde se provou serem ineficazes; aqui portanto, na minha opinião, a lei não merece os mesmos encómios que há pouco referi.

Destinada a lei às Universidades estatais, estas desde logo se dividem em dois grandes grupos: o das Universidades criadas depois de 1970, as quais se encontram em fase de desenvolvimento sem terem, porventura, atingido ainda a configuração definitiva e o grupo das quatro Universidades existentes àquela data, as quais adoptaram três delas a organização tradicional, diria mesmo medieval, constituindo-se em faculdades e outra a organização alemã do final do século passado, em confederação de Institutos autónomos.

Pretender num articulado único pormenorizado definir normas de gestão que a todos contemplem foi ambição não conseguida e, diria, dispensável.

A lei contém, além disso, disposições umas geradoras de tensões que estão já a verificar-se em algumas Universidades, outras que poderão ser bloqueadoras no seu funcionamento, outras que serão certamente impeditivas de se ir mais longe na inovação progressiva da gestão das unidades orgânicas.

O tempo o confirmará.

4. Perspectivas futuras. Evolução não desejável da Universidade face à Lei da Autonomia.

As Universidades têm, como já foi referido, uma dupla missão de base: preparam para o exercício de uma profissão, ministrando o ensino de graduação (licenciatura) e fazem investigação científica; o ensino e a investigação estão pois indissociavelmente ligados, com uma certa insistência declara-se mesmo, pomposamente, que o princípio fundamental da Universidade é a unidade do ensino e da investigação científica.

Desde a sua fundação até ao princípio do século XVIII, a primeira função - preparação para o exercício de uma profissão - tem um largo predomínio sobre a segunda nas Faculdades de Teologia, Canones, Leis e Medicina e mesmo na Faculdade de Matemática, criada em 1772. Sobre a base de uma ciência estereotipada, era ali que os mestres "liam" e se formavam os futuros membros do clero, os legistas e os médicos.

O espírito científico moderno, tal como se desenvolveu no humanismo científico do Renascimento (séc. XV e XVI) e no desabrochar das ciências naturais, na época do Absolutismo (1660-1789), que se caracteriza pelo método experimental metódico e sistemático, penetra muito parcialmente na concepção que se fazia da ciência naquela época.

Ora, este espírito científico tornar-se-á o elemento dinamizador da Universidade quando esta passa a considerar a formação científica como o elemento impulsionador de toda a ciência e de todo o ensino.

É assim que nasce, em teoria e na prática, a segunda função, na verdade a tarefa fundamental da Universidade: ocupar-se da ciência pura.

Segundo esta concepção, a preparação para uma profissão faz-se de par em par com o desenvolvimento de uma formação científica. Deste modo, a Universidade vai integrar-se nas tendências que se desenvolvem em todos os sistemas universitários e que convergem para uma concepção moderna, muitas vezes pragmática, que considera a investigação científica como o fundamento, a essência da própria Universidade.

Resulta desta evolução que às duas valências atrás referidas, se vem juntar, modernamente, o ensino de pós-graduação (mestrado e doutoramento) e a prestação de serviços à comunidade.

A Universidade moderna cumprirá, assim, os seus fins de formação humana, cultural, científica e técnica, será um centro de criação, de transmissão e difusão da cultura, da ciência e da tecnologia e, numa perspectiva de valorização recíproca, dedicar-se-á à prestação directa de serviços à comunidade.

Esta integração do conhecimento científico universitário no meio social envolvente é um problema de extrema acuidade nos países desenvolvidos a nível mundial e vale a pena que sobre a sua análise nos detenhamos um momento.

Os conhecimentos científicos tornaram-se um argumento essencial num número crescente de actividades tecnológicas e industriais. Daí resulta o aumento do valor comercial dos novos conhecimentos científicos e consequente aumento da sua procura.

Para responder a esta procura, desenvolve-se um fenómeno de interpenetração, envolvendo-se a indústria cada vez mais na investigação e as Universidades orientando as suas actividades de investigação e ensino em função das necessidades da indústria.

Se esta interpenetração não se manifesta, neste momento, senão num reduzido número de países e em escasso número de domínios científicos, segundo previsões da OCDE ⁽¹⁾, ela tem tendência a expandir-se a ritmo rápido.

Em vários países está já a assistir-se a uma contribuição da indústria com verbas para programas de investigação e desenvolvimento e não raras vezes com financiamentos às Universidades para que estas efectuem trabalhos com uma finalidade imediata - o que poderemos chamar investigação contratual.

As Universidades criaram, deste modo, laços estreitos com a indústria e empreendem a realização de trabalhos de investigação para o sector das empresas, em larga escala. Em alguns países, as Universidades lançaram mesmo operações comerciais da sua própria iniciativa ou em cooperação com empresas; estas operações vão desde a exploração da investigação científica e da propriedade intelectual até à criação de parques científicos e de novas empresas. Numerosas Universidades modificaram igualmente os seus programas e oferecem agora cursos de formação especiais afim de responderem às necessidades da indústria.

Se bem que estas relações entre a Universidade e a indústria não sejam inteiramente novas, a dinâmica do seu crescimento - e a previsão de mudanças ainda mais profundas neste sentido - levanta um certo número de questões. Uma delas é a de saber até onde as Universidades deverão aprofundar esta cooperação com a indústria, sem perda da própria identidade, pois uma concentração excessiva

sobre as actividades de investigação contratual, ou actividades comerciais a curto prazo, poderá comprometer seriamente, a longo prazo, as valências fundamentais da Universidade a que já fizemos referência.

Outra questão está relacionada com a probabilidade, cada vez maior, de que novos conhecimentos científicos sejam considerados como informações confidenciais devido ao seu valor comercial, o que põe questões de grande delicadeza. No passado, estes conhecimentos, constituíam uma espécie de "bem público" que era financiado pelos poderes públicos e era acessível a todos.

Também no aspecto regional a ciência e a tecnologia tornaram-se elementos chave nas estratégias de desenvolvimento. Os estabelecimentos locais de ensino superior aparecem frequentemente como os responsáveis por tais iniciativas, fornecendo muitas vezes os peritos e os serviços pedagógicos para fazerem face às necessidades específicas das indústrias locais; em certos países criaram-se Universidades com o fim declarado de estimular e ajudar ao desenvolvimento económico de uma região.

Esta política também não corre sem alguns motivos de inquietação, constituindo um deles a dependência dos estabelecimentos do ensino superior relativamente a uma indústria sectorial, o que poderá orientar a investigação destes estabelecimentos para trabalhos essencialmente aplicados e restrictos, com prejuízo certo para o nível e a qualidade do ensino.

E como reage o poder público a este novo posicionamento das Universidades, considerado o papel que lhe está reservado na definição das grandes linhas da investigação e do ensino? Para uma grande variedade de políticas e de programas recentes, tem-se constatado que os poderes públicos da maior parte dos países desenvolvidos encorajam e por vezes "empurram" as Universidades e outros estabelecimentos de ensino superior e de investigação a reforçar a sua colaboração

⁽¹⁾ Perspectives de politique scientifique et technologique - OCDE 1988

com a indústria, a orientar as suas actividades de investigação e do ensino para as necessidades das empresas e a prestar serviços a estes sectores. Há mesmo casos em que os poderes públicos fazem depender o nível de financiamento, do sucesso com o qual as Universidades encontram fontes de rendimento.

Estamos assim perante um fenómeno de causa-efeito que levou as Universidades, num número crescente de países, a comercializarem vigorosamente a sua investigação e o seu ensino. Este espírito de empresa exprime-se de diversas maneiras. Por exemplo, novas unidades foram criadas no seio de certas Universidades com o fim único de formalizar contratos para os trabalhos de investigação e os serviços educativos especiais. Outras instituições exploram comercialmente os resultados da sua investigação, criando organismos filiados com fins lucrativos e constituindo empresas conjuntas com a indústria.

Tal como no caso da investigação, numerosos organismos universitários comercializam activamente os seus serviços de ensino. Propõem, em particular, estágios curtos de formação e programas educativos especiais de mais longa duração, afim de responder às necessidades das empresas e dos seus sectores de actividade particular e adaptam igualmente os seus programas para melhor tomar em consideração os interesses da indústria. Estes esforços, tal como os que dizem respeito à investigação, são estimulados pela necessidade de aumentar as receitas das Universidades e pelas necessidades crescentes da indústria em matéria de ensino e formação.

A prestação de serviços educativos às empresas é um ramo de actividade em grande expansão para numerosas Universidades.

Se os poderes públicos aprovaram, digamos mesmo, encorajaram as diversas evoluções que acabamos de referir, alguns aspectos suscitam preocupações e oposições consideráveis. Trata-se, em especial, de saber até onde os organismos universitários devem levar a sua

cooperação com a indústria ou desenvolverem, eles próprios, operações comerciais.

Preocupações que não podem ser ignoradas são, por exemplo: i) a Universidade é posta em perigo ao procurar adaptar-se demasiado a "necessidades efémeras"; ii) o aumento de autonomia face ao Estado pode implicar uma perda da autonomia face à sociedade; iii) como vão os investigadores colocar-se perante a sociedade, considerando a tradicional independência da Universidade; iv) num futuro próximo duas classes de professores vão aparecer nas Universidades: os que produzem conhecimentos que podem servir às empresas comerciais e os que não os produzem, etc..

Estas questões são graves e geram preocupações que não podem deixar de receber a melhor atenção.

O ritmo de investigação tradicional, centrado na Universidade, servia os interesses da comunidade em muitos países; a sua alternativa aqui referida poderá não o conseguir. A excessiva cooperação da Universidade pode comprometer a sua independência.

É evidente que as questões que acabo de referir e toda esta evolução, é característica das Universidades Técnicas ou com essa índole como é o caso da UBI, estando este papel reservado, nas Universidades Clássicas, às Escolas de Ciência e Tecnologia.

Em Portugal, os fenómenos que acabo de referir são incipientes, mas 1993 vai trazer-nos muitas mudanças. Esta evolução irá trazer um esforço acrescido aos docentes e investigadores em Ciência e Tecnologia que juntarão ao ensino de graduação, ao ensino de pós-graduação e à investigação fundamental, a investigação contratual e a prestação de serviços de formação e serão estes sectores da Ciência e Tecnologia que veicularão para a Universidade as receitas que ela eventualmente necessite.

A cooperação que referi, e que pessoalmente considero desejável, necessita de tempo para que possam estabelecer-se padrões de qualidade; critérios de avaliação, exigência de transparência no processo; como de tempo necessita a alteração no relacionamento dos diferentes corpos da Universidade nos vários órgãos de gestão; como de tempo necessita a mudança gradual das condições de frequência dos alunos; como de tempo necessitará a institucionalização interna da autonomia; como de tempo necessitará, ainda, cada Universidade de per si para redefinir o seu posicionamento perante o Estado e a Sociedade em que se insere. A Autonomia das Universidades é, primeiro que tudo, um desafio às suas capacidades.

"A ciência é uma religião, são templos as escolas, e aos seus mestres e alunos, mais do que a ninguém, cabe velar cuidadosamente por ela".

"A Universidade - esta criação sublime do espírito medieval - tem que ir na vanguarda da legião que entre nós propugna pela causa do futuro; a ela compete dar o exemplo de todas as coragens, a expor-se a tudo para que não resvale das mãos desta nação o estandarte em que se lê: pela verdade, pelo belo e pelo bem".

Palavras de Bernardino Machado, em cerimónia idêntica, que têm um século e que são de hoje; serão mesmo de sempre.

Tenho dito.